

Paço Municipal Prefeito Ademar João Estevam Secretaria Municipal de Administração

### PROJETO DE LEI

N°012/2025

Altera a Lei Municipal nº 2.282, de 22 de abril de 2010, retificando o número de cadastro sobre a doação de área à Fazenda do Estado de São Paulo para construção de Delegacia de Polícia.

O PREFEITO MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU, ANDRÉ GEORGE NERES DE FARIAS, usando de suas atribuições legais apresenta à Câmara Municipal de Embu-Guaçu o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1° O Artigo 1° da Lei Municipal n° 2.282, de 22 de abril de 2010 passa a vigorar com a seguinte redação, exclusivamente quanto ao número do cadastro do imóvel:

Art. 1º Fica a Prefeitura Municipal de Embu-Guaçu autorizada a alienar, por doação pura e simples, à Fazenda do Estado de São Paulo, a área de terra abaixo descrita, medindo 1.372,50m², situada na Avenida Pedro de Moraes, designado por lote 2B da quadra B do Parque Industrial de Embu-Guaçu, neste Município, destinada a construção de Delegacia de Polícia, que assim se descreve: - Medindo 22,50m de frente para a referida avenida, 61,00m da frente aos fundos do lado direito e 66,00m do lado esquerdo de quem da frente olha para o lote e nos fundos 19,70ms, encerrando a área de 1.372,50ms², confrontando pelo lado direito com o lote 2ª quadra B do loteamento Parque Industrial de Embu-Guaçu, pelo lado esquerdo com o lote 3 da quadra B do loteamento Parque Industrial de Embu-Guaçu e pelos fundos com o lote 15 da quadra B do loteamento Parque Industrial de Embu-Guaçu, localizado e distante 66,50m da esquina com a Rua Julia Narimatsu, com Avenida Pedro de Moraes, lado direito de quem da



#### Paço Municipal Prefeito Ademar João Estevam Secretaria Municipal de Administração

esquina da Rua Julia Narimatsu, se dirige ao imóvel e seguem direção a Rua Alexandre Eder. CADASTRO Nº 22252.22.64.0116.00000.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Embu-Guaçu aos 04 (quatro) dias do mês de Junho de 2025.

#### André George Neres de Farias Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria Municipal de Governo, Embu-Guaçu aos 04 (quatro) dias do mês de Junho de 2025.



Paço Municipal Prefeito Ademar João Estevam Secretaria Municipal de Administração

#### JUSTIFICATIVA PROJETO DE LEI Nº 013/2025

Encaminhamos à apreciação desta Casa Legislativa o presente Projeto de Lei, que visa corrigir erro material constante no artigo 1° da Lei Municipal n° 2.282, de 22 de abril de 2010, a qual autorizou a doação de área pública municipal, com 1.372,50 m², à Fazenda do Estado de São Paulo, destinada à construção de uma Delegacia de Polícia na Avenida Pedro de Moraes, no Parque Industrial de Embu-Guaçu.

Ocorre que, no referido dispositivo legal, foi consignado o número de cadastro imobiliário "22252226400940000", o qual, conforme apurado junto ao setor competente da Prefeitura, refere-se, na verdade, a outra área da cidade, pertencente ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, e não ao imóvel efetivamente doado ao Estado.

A inscrição cadastral correta e correspondente ao imóvel objeto da doação é: "CADASTRO N° 22252.22.64.0116.00000".

Desta forma, o presente projeto tem por finalidade ajustar formalmente o número do cadastro, de modo a permitir que os registros públicos e administrativos reflitam com exatidão a localização e a titularidade do bem doado, prevenindo equívocos futuros e promovendo maior segurança jurídica ao ato legislativo.

Importante destacar que a proposta não altera área, medidas, localização ou finalidade da doação original, limitando-se à correção de um dado técnico essencial para os cadastros municipais e, se necessário, para regularizações junto ao Cartório de Registro de Imóveis e órgãos estaduais.

Por ser medida de caráter meramente corretivo e de relevante interesse público, solicitamos o apoio dos nobres Vereadores para a célere aprovação deste Projeto de Lei.

Embu-Guaçu aos 04 (quatro) dias do mês de Junho de 2025.

#### André George Neres de Farias Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria Municipal de Governo, Embu-Guaçu aos 04 (quatro) dias do mês de Junho de 2025.



Paço Municipal Prefeito Ademar João Estevam Secretaria Municipal de Administração



## PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU GUAÇU

PARECER – PROJETO DE LEI – Altera a Lei Municipal nº 2.282, de 22 de abril de 2010, retificando o número de cadastro sobre a doação de área à Fazenda do Estado de São Paulo para construção de Delegacia de Polícia -POSSIBILIDADE.

#### PARECER - 104/2025 - DAP

Tendo em vista consulta formulada pela Secretaria de Administração Municipal requisitando parecer jurídico com relação às alterações previstas, assim nos manifestamos:

O artigo 37, caput da Constituição dispõe:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)"

Sobre o tema discorre Maria Sylvia Zanella Di Pietro em "Direito Administrativo", 28<sup>a</sup> ed., Ed. Atlas, SP, 205, p. 98:

"Segundo o princípio da legalidade, a Administração Pública só pode fazer o que a lei permite. No âmbito das relações entre particulares, o princípio aplicável é o da autonomia da vontade, que lhes permite fazer tudo o que a lei não proíbe. Essa é a idéia expressa de forma lapidar por Hely Lopes Meirelles (2003:86) e corresponde ao que já vinha explícito no artigo 4º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789: 'a liberdade consiste em fazer tudo aquilo que não prejudica a outrem; assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem outros limites que os asseguram aos membros da sociedade o gozo desses mesmos direitos. Esses limites somente podem ser estabelecidos em lei.

(...)

Em decorrência disso, a Administração Pública não pode, por simples ato administrativo, conceder direitos de qualquer espécie, criar obrigações ou impor vedações aos administrados; para tanto, ela depende de lei." – grifo nosso

Patente assim, que o Poder Público deve nortear sua ação pelo que está expressamente previsto Lei.

Conforme dispõe a Carta Magna, em seu art. 30, I, é da competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local:

"Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)"

Trata-se claramente de questão de interesse local, de competência do Poder Executivo.

Consta evidente erro material no diploma legal anterior, passível de correção por Lei de hierarquia igual ou superior.

Não vislumbramos, pois, nenhum óbice ao envio do Projeto à Casa Legislativa, observadas as questões apontadas.

É o parecer!

S.m.j.

Embu-Guaçu, 04 de junho de 2025.

## **Danilo Atalla Pereira Procurador Geral do Município** OAB/SP 172.480

Ciente PROCURADOR GERAL	DECISÃO PREFEITO MUNICIPAL
	André George Neres de Farias



Documento assinado eletronicamente por **Danilo Atalla Pereira**, Procurador Geral Do Município, em 04/06/2025, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico.



Documento assinado eletronicamente por André George Neres de Farias, Prefeito, em 04/06/2025, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/rasaopaulo/sei/controlador\_externo.php? acao=documento conferir&id orgao acesso externo=0, informando o código verificador 0203921 e o código CRC A177243F.

Referência: Processo nº



## PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU GUAÇU

# Departamento de Cadastro vinculado a Secretaria Municipal de Finanças, Orçamento e Planejamento Estratégico.

Em reposta ao processo  $n^\circ$  3515103.405.00000841/2025-05, conforme a solicitação feita via C.I. ADM 146/2025, o Departamento de Cadastro informa que o CTM 222522264009400000 corresponde ao Lote: 2-A da Quadra:00000B Loteamento 0045 Parque Industrial, sendo assim, está divergente ao texto da lei 2282/2010.

Segue as informações corretas referente ao cadastro onde está a Delegacia de Policia.

Imóvel cadastrado em nome de:

Prefeitura Municipal de Embu Guaçu

Registro: 0036686

Insc. 222522264011600000
Quadra:00000B Lote:02-B
Area do imóvel: 1.372,50m²

Area do terreno: 424,00m²

Loteamento:0045 Parque Industrial

Embu Guaçu, 04 de junho de 2025.

Renato Reis de Andrade



Documento assinado eletronicamente por Renato Reis de Andrade, Encarregado de Seção de Atualização de Informações Imobiliárias e Tributação, em 04/06/2025, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/rasaopaulo/sei/controlador\_externo.php? acao=documento conferir&id orgao acesso externo=0, informando o código verificador 0204893 e o código CRC E860E4D4.

Referência: Processo nº 3515103.405.00000841/2025-05

SEI nº 0204893

O Cadastro Correto a ser inserido na Lei 2882/2010.





